

COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Ata da Reunião Ordinária Virtual da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE)

Data e Horário: 28 de junho de 2021, das 14h20 às 17h40.

Local: Reunião Virtual – Microsoft Teams

1 Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, reuniu-se, por videoconferência, a
2 Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), para a sua Reunião
3 Ordinária, com a presença dos seguintes participantes: Representantes de Governo: Andréia
4 Figueira Minduca, Coordenadora de Apoio da Conatrae/CGCTE; Camila Melo de Assis, Assessora
5 da CGCTE; Cátia de Araújo Silva, Assistente da CGCTE; Edilene de Faria Santos, CGCTE;
6 Eduardo Miranda Freire de Melo, Secretário-Adjunto da SNPG; Herbert Borges Paes de Barros,
7 Diretor do DEPDDH/MMFDH; Mariana de Sousa Machado Neris, Secretária Nacional da SNPG;
8 Maurício Krepsky Fagundes, DETRAE/SIT/ME; Robert Paula Gouveia, Ministério da Cidadania;
9 Simone Maciel Sacchetto, Ministério da Economia. Participantes Representantes de Entidades
10 Privadas Não Governamentais: Luiz Fabiano, CNA; Xavier Jean Marie Plassat, CPT - Coetrae/TO.
11 Participantes Membros Observadores Ana Carolina Roman, ANPR; Antônio Carlos, ITD; Ebenézer
12 Marques de Oliveira, Verité; Edmundo Lima, ABVTEX; Italvar Filipe de Paiva Medina, Conatetrap
13 – MPT; João Gabriel Dadalt, Chefe do Serviço de Direitos Humanos da PRF; Lucia Helena Pigossi,
14 órgão não informado; Luis Camargo, ABRAT; Marcus Barberino, Diretor da ANAMATRA;
15 Maurício Paes Barreto Pizarro Drummond, Representante AMB; Natália Suzuki, Repórter Brasil;
16 Ricardo Rezende, Coordenador do CPTEC/NEPP-DH/UFRJ; Vera Jatobá, SINAIT; Warlei Dias
17 Ribeiro, Delegado da PF; Weslei, ANAMATRA; Willian Charley, DPU. Participantes das
18 Coetraes: Carlos Cardoso, SEJUDH/PA; Caroline Cabrera, Coetrae/ES; Elianildo Nascimento,
19 Codetrae/DF; Lorena Romão, Coetrae/PA; Ludmila Paiva, Coordenadora da CETP - Coetrae/RJ;
20 Marina Friche, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Coetrae/MG; Regina, SDS/SC;
21 Sabrina Ribeiro, SECIJU/Coetrae/TO; Vanessa Lima, Coetrae/PB. Outros participantes: Amanda

22 Prestes, Departamento de Justiça da SJCDH/RS; Augusto Henrique, DP Feminino/SE; Cláudia
23 Machado, Instituição não informada; Fátima, Instituição não informada; Giselle Cancela,
24 SEJUDH/PA; Giselle Sakamoto S. Vianna, SRTE/SP; Laiza Maria Silva Dutra, CPT; e Maurício
25 Araújo Roman, Instituição não informada. Ato contínuo, seguiu ao Item 1. Abertura: O Sr.
26 Secretário Eduardo Miranda Freire de Melo deu início aos trabalhos, cumprimentando a todos. Em
27 seguida, destacou o período que esteve afastado por motivos de saúde, afirmando que a finalização
28 do Regimento Interno é um passo importante para a institucionalização da Conatrae. A Sra.
29 Secretária Mariana de Sousa Machado Neris cumprimentou a todos os participantes da reunião,
30 lamentou as perdas de vítimas para o Covid-19, ressaltando a atual situação de gravidade da doença.
31 Registrou o compromisso da Secretaria perante a pauta de combate ao trabalho escravo, enaltecendo
32 o empenho do Sr. Herbert Borges Paes de Barros e do Sr. Jailton Almeida do Nascimento nos
33 trabalhos. Ressalta a importância nos avanços da pauta de direitos humanos e que devem se
34 empenhar na agenda de combate ao trabalho escravo, buscando alinhamento quanto a assuntos
35 específicos através de uma agenda individual. Colocou-se à disposição para fortalecimento da pauta
36 de proteção e defesa de direitos humanos, e parabenizou a todos pelos trabalhos desenvolvidos. O
37 Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo ressaltou o empenho da Sra. Secretária Mariana de Sousa
38 Machado Neris com relação a pauta específica de combate ao trabalho escravo. O Sr. Herbert
39 Borges Paes de Barros assumiu a condução dos trabalhos, informando que o texto do Regimento
40 Interno ainda não estava finalizado, e que a equipe estava em fase de conclusão do texto final, para
41 encaminhamento ao gabinete ministerial e à ConJur. A Sra. Camila Melo de Assis passou a leitura
42 da proposta de pauta para apreciação dos membros: 1. Abertura. 2. Aprovação da ata de 24 de
43 fevereiro de 2021 e aprovação da ata de 26 de abril de 2021. 3. Mapeamento das sentenças penais e
44 civis relativas ao trabalho análogo a escravidão na Justiça Federal e na Justiça do Trabalho. 4.
45 Aprovação do relatório final do produto de avaliação do 2º Plano Nacional para Erradicação do
46 Trabalho Escravo. 5. Fluxo nacional da CONATRAP, representação da Conatrae no grupo de
47 trabalho (pauta sugerida pelo Ministério da Economia). 6. Informes: Plano estadual para erradicação
48 do trabalho escravo do Estado de São Paulo; Dados da Fazenda Brasil Verde; Capacitação dos
49 atendentes do Dique 100; Planilha de acompanhamentos dos encaminhamentos da Conatrae;
50 Aprovação do Regimento Interno da Conatrae. 7. Encerramento. A Sra. Vanessa Lima sugestionou
51 a inclusão de item de pauta para tratar a questão da reinserção socioeconômica dos trabalhadores. O
52 Sr. Herbert Borges Paes de Barros informou que o ponto seria acrescentado aos informes. Avançou

53 ao Item 2. Aprovação da ata de 24 de fevereiro de 2021 e aprovação da ata de 26 de abril de 2021:
54 O Sr. Xavier Jean Marie Plassat ponderou sobre a ata da reunião do dia 24 de fevereiro, que traz o
55 ponto pendente da explicação relativa ao que deve ser entendido como a criação do grupo de
56 trabalho resultante da Portaria nº 457, com dois encaminhamentos pendentes, o compartilhamento
57 de uma carta à Humans Right Watch e uma explicação escrita, de acordo com o acordado pela
58 Secretária, que não foi recebida durante a reunião, recomendando que seja feito o envio. O Sr.
59 Herbert Borges Paes de Barros informou que os pontos abordados já haviam sido adicionados aos
60 itens pendentes. O Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo informou que há notas técnicas sobre o
61 tema e que será feito o encaminhamento para a Conatrae, com as explicações e conteúdos técnicos
62 que estarão à disposição dos membros. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros informou que no item
63 de Informes será feita a apresentação de planilha para acompanhamento das pendências. O Sr.
64 Ricardo Rezende sugeriu alterações na ata, na linha 220, que especifica o seu cargo. Não havendo
65 retificações adicionais, as respectivas atas foram consideradas aprovadas. Dando continuidade à
66 discussão da pauta, seguiu ao Item 3. Mapeamento das sentenças penais e civis relativas ao trabalho
67 análogo a escravidão na Justiça Federal e na Justiça do Trabalho: O Sr. Herbert Borges Paes de
68 Barros informou que a Clínica de Combate ao Trabalho da Universidade de Minas foi contratada
69 pelo PNUD, no âmbito de um projeto de cooperação técnica com o Ministério da Mulher, da
70 Família e dos Direitos Humanos, para desenvolvimento de pesquisa que foi estruturada a partir de
71 uma demanda surgida no âmbito da Conatrae, sendo constituída uma comissão que fomentou o
72 processo e acompanhou o trabalho realizado, buscando junto ao MPF, MTb, ao CNJ, identificar os
73 processos das ações trabalhistas e ações penais relacionadas a questão do trabalho escravo, que
74 obteve um resultado impactante sobre o tema, sendo realizada apresentação na Conatrae sobre o
75 assunto, e a disponibilização de documento no site. Afirmou ser oportuno que a Comissão organize
76 atividades para tratar das questões que foram levantadas no âmbito desta pesquisa, destacando os
77 apontamentos atinentes ao processamento penal e decisões tomadas em relação ao trabalho escravo
78 nesta esfera. Demandou atenção com relação a processos judiciais, salientando que devem
79 aperfeiçoar juntos esta atuação, propondo que a Conatrae pudesse se organizar para manter diálogos
80 com o Conselho Nacional de Justiça, com suporte do Ministério Público do Trabalho e do
81 Ministério Público Federal para identificar caminhos para o aprimoramento do processamento
82 judicial na pauta de trabalho escravo. Como encaminhamento, propõe reunião específica com os
83 atores atinentes a questão no âmbito do judiciário e ainda realização de oficinas de capacitação. O

84 Sr. Marcus Barberino, em nome da diretora Patrícia Ramos, afirmou ser oportuna tratar a distinção
85 entre o processo penal e do trabalho, diferenciado do processo jurídico. No âmbito da sansão civil,
86 explicitou existir outros bens jurídicos a tutelar, como o agravo a existência, e que devem separar a
87 sansão civil individual da sansão civil coletiva, e ainda a que envolve a personalidade do indivíduo
88 da sansão que envolve os bens difusos da sociedade brasileira, e buscar de fato a eficiência do
89 sistema de justiça, aferindo a eficiência ou não na aplicação do conceito de trabalhos que
90 apresentem condição análoga à escravidão. A Sra. Carolina Roman manifestou concordância no
91 sentido da necessidade de se debruçarem sobre esse estudo, possibilitando haver uma atuação que
92 seja calcada em dados, possibilitando uma melhor aplicação da política pública. Se colocou à
93 disposição para auxiliar neste trabalho. A Sra. Vanessa Lima questionou como a justiça
94 comprovaria casos flagrantes de trabalho análogo à escravidão e situações de extrema
95 vulnerabilidade, quando não há o resgate dos trabalhadores. Em resposta, o Sr. Herbert Borges Paes
96 de Barros pontuou que é possível fazer a captação de provas, seja por meio de depoimentos ou
97 denúncias, quando não há o resgate. O Sr. Ricardo Rezende ponderou sobre estudo que aborda a
98 temática da escravidão no imaginário de juízes, como enxergam os processos quanto a aplicação do
99 critério de trabalho escravo, aquém do disposto na legislação. O Sr. Itávar Filipe de Paiva Medina
100 corroborou com as colocações feitas pela Sra. Carolina Roman, colocando-se à disposição para
101 contribuições. Salientando que quando não há resgate, as instâncias administrativas e judiciais são
102 independentes, e o fato de não haver o resgate não é um impeditivo de sansão do Ministério Público
103 Federal e do Ministério do Trabalho quanto a matéria, não impedindo possíveis investigações. O Sr.
104 Herbert Borges Paes de Barros propôs como encaminhamento a composição de um relatório sobre o
105 tema e convocação de reunião para discutir a questão, sendo ele o relator do tema, e com o convite
106 para a participação do Juiz Luciano Frota para auxiliar na construção da proposta de atuação da
107 Conatrac nesse sentido. Não havendo manifestações contrárias, os encaminhamentos foram
108 considerados aprovados. Seguiu ao Item 4. Aprovação do relatório final do produto de avaliação do
109 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo: A Sra. Andréia Figueira Minduca fez um
110 breve relato do histórico do processo de avaliação do plano, que foi iniciado em 2018, com consulta
111 a mais de 300 instituições, e a manutenção da metodologia inicial. Complementando a exposição, o
112 Sr. Ebenézer Marques de Oliveira apresentou informações adicionais sobre a metodologia para
113 composição da revisão do relatório, com um processo de oficinas que contou com a participação
114 dos membros para analisar os indicadores. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros apresentou o

115 gráfico do *status* de cumprimento dos indicadores do II PNETE por eixo, feito pelo Sr. Ebenézer
116 Marques de Oliveira. Salientou que foi um processo amplo e aberto, e entende que o relatório
117 consolida as visões, expõe questões que precisam ser refletidas e a necessidade de uma discussão
118 sobre aferição dos índices utilizados. Nessa perspectiva, afirmou que é preciso refletir sobre o que
119 será feito na sequência da aprovação do relatório final do produto de avaliação do 2º Plano Nacional
120 para Erradicação do Trabalho Escravo, finalizado após a construção coletiva, e uma vez
121 ultrapassada a etapa das correções e contribuições. O Sr. Itávar Filipe de Paiva Medina ponderou
122 sobre a não possibilidade de alteração, exemplificando que na descrição do Item 23 a necessidade
123 de campanhas por parte do Governo não foi citada. O Sr. Ebenézer Marques de Oliveira explicitou
124 que a metodologia adotada de maioria simples, o indicador está aprovado por três ou mais grupos
125 sobre aquele *status*. Afirmou que todos os indicadores foram avaliados, sendo o relatório um
126 produto final fruto de duplo processo de votação, quando não houve consenso. A Sra. Vera Jatobá
127 afirmou que a proposta de validação dos indicadores surgiu em razão de não haver um patamar de
128 base, o plano estabelecia metas, mas não as quantificava, dificultando o processo de validação.
129 Ressaltou o grande esforço com relação aos indicadores, questionando se há recomendações
130 específicas no relatório final. Concluindo que é possível analisar que houve uma conclusão
131 referente a metas e não de resultados. Em resposta, o Sr. Ebenézer Marques de Oliveira afirmou ser
132 importante dar continuidade ao procedimento com manutenção posterior, e salienta que todos os 33
133 indicadores tem uma recomendação referente as suas possibilidades. O Sr. Xavier Jean Marie
134 Plassat pontuou as descontextualizações das recomendações que aconteceram ao longo do tempo,
135 expondo uma preocupação quanto a alteração do conceito do trabalho escravo e que devem analisar
136 com prudência estas recomendações. O Sr. Maurício Krepsky Fagundes pontuou que a forma como
137 o relatório foi apresentado nas oficinas para avaliação não guarda relação com as ações do plano,
138 apresentando indicadores aleatórios, ressaltou que reflete apenas uma avaliação de indicadores que
139 foram criados à revelia. A Sra. Andréia Figueira Minduca afirmou que a metodologia do processo
140 foi pacificada desde o início, solicitando um esforço conjunto para avaliar este processo. O Sr.
141 Herbert Borges Paes de Barros propôs como encaminhamento a construção de uma resolução de
142 acolhimento ao relatório, com o acréscimo de considerandos relativos às dificuldades identificadas
143 no processo de elaboração, esclarecendo que foi um esforço coletivo, mas que não traz informações
144 detalhadas sobre as ações, e com base nesses considerandos, acolher o relatório e finalizar o
145 procedimento. A partir desse documento, devem construir um documento de recomendações

146 baseado e contextualizado, que será objeto de apreciação na próxima reunião ordinária, de forma a
147 encerrar o processo de avaliação do relatório e definir os próximos passos. Não havendo
148 manifestações contrárias, declarou os encaminhamentos aprovados. Solicitou que a Secretaria-
149 Executiva fizesse a construção do texto com o apanhado das contribuições, e assumiu a relatoria. O
150 Sr. Xavier Jean Marie Plassat colocou-se à disposição para contribuir na construção das
151 recomendações. O Sr. Ebenézer Marques de Oliveira declarou encerrada essa etapa do processo,
152 possibilitando, assim, a inserção do relatório na plataforma. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat
153 proferiu os agradecimentos ao Sr. Ebenézer Marques de Oliveira e ao escritório da OIT no Brasil
154 pela disponibilidade e conclusão do processo de avaliação do plano. Prosseguiu ao Item 5. Fluxo
155 nacional da CONATRAP, representação da Conatrae no grupo de trabalho (pauta sugerida pelo
156 Ministério da Economia): O Sr. Maurício Krepsky Fagundes pontuou a importância de haver um
157 representante da Conatrae nesse processo, evitando duplicidade nas discussões e possibilitar que
158 haja melhorias na política como um todo. O Sr. Antônio Carlos pontuou questão trazida
159 anteriormente, pela intersecção das duas temáticas, que não foram mais discutidas, externou
160 preocupação quanto ao desenvolvimento do fluxo, ressaltando a importância de estabelecer um
161 diálogo próximo com a coordenação do CONATRAP, uma vez que tratam de temas conexos, e que
162 devem fazer um esforço para aproximação dessas duas temáticas, mantendo o envolvimento da
163 sociedade na discussão. O Sr. Itálar Filipe de Paiva Medina afirmou que as duas modalidades do
164 crime de tráfico de pessoas são previstos no Artigo 149-A, sendo, portanto, temas indissociáveis,
165 afirmando que outras medidas podem caracterizar trabalho escravo, e não devem diferenciá-las no
166 seu tratamento, por essa razão seria prejudicial haver fluxos diferentes para a Conatrae e para a
167 Conatrap. Comunica ainda sobre reuniões da Conatrap sem a ciência dos órgãos que trabalham com
168 a temática, afirmando ser contrário a existência de dois fluxos paralelos. O Sr. Xavier Jean Marie
169 Plassat reforçou as colocações anteriores, e evidenciou a legislação do tráfico de pessoas, que
170 dispõe que uma política integrada e integral é a chave para esse enfrentamento. De acordo com
171 informações obtidas anteriormente, em que afirmaram que será apresentada uma versão consolidada
172 ao Conatrae, questiona se há essa confirmação. Salientou ainda que a temática envolvida, no geral,
173 tenta fazer a abordagem do tráfico de pessoas incorporando a questão do trabalho escravo,
174 explicitando as dificuldades enfrentadas quando não há diálogo do Ministério da Justiça com outras
175 instituições. A Sra. Natália Suzuki fez ponderações com relação ao fluxo, em que foram feitos
176 questionamentos sobre a previsão, e afirmou não ter ciência da ausência de diálogo direto com a

177 Conatrap sobre este fluxo. Destacou a questão da dimensão do trabalho correlato ao ponto do tráfico
178 de pessoas, com o fluxo voltado para a questão da exploração sexual. Salientou a importância de
179 haver a cobertura do atendimento a vítima em todos os âmbitos, seja ele de trabalho ou exploração
180 sexual. Ressalta possíveis problemas com os CRAS e CREAS, uma vez que profissionais
181 assistentes seguem à risca as recomendações que são encaminhadas pelo Governo Federal, no
182 âmbito do SUAS. Reiterou que a Coetrae deve ter relação com essa construção e a importância de
183 um trabalho de sensibilização no MJ sobre essa temática. A Sra. Vanessa Lima afirmou estar
184 contemplada nas falas anteriores, e que a abordagem do enfrentamento ao tráfico de pessoas sem a
185 utilização do SUAS seria inviável. Pontua quanto ao núcleo de enfrentamento ao tráfico e
186 desaparecimento de pessoas da Paraíba, que só podem se apresentar como núcleo se cumprirem o
187 estabelecido através de um formulário, sendo contrária a essa metodologia, solicita auxílio para
188 reconhecimento como NETP, e que trabalhem em articulação, com a presença do Ministério da
189 Justiça para dialogar sobre essas questões. A Sra. Ludmila Paiva trouxe atualizações sobre o fluxo,
190 por ter participado de oficina como convidada do NETP, em que afirmou que o trabalho escravo
191 não pode ser apartado da discussão de tráfico de pessoas. Reforçou a importância de um
192 alinhamento dos ministérios, reforçando as colocações feitas pela Sra. Natália Suzuki. A Sra.
193 Camila Melo de Assis apresentou informações sobre o fluxo, explicitando que está sendo construído
194 dentro da coordenação, de forma interna, sendo uma metodologia diferente da usada na Conatrae,
195 salientando que foi explicitado que não seria voltado exclusivamente para a exploração sexual,
196 entretanto, os responsáveis não queriam extravasar a construção do que foi feito para o trabalho
197 escravo. A Sra. Andréia Figueira Minduca, em conversa com a equipe responsável da Conatrap,
198 afirmou que mantiveram a preocupação de envolver o máximo de instituições para construção do
199 fluxo do trabalho escravo, evitando problemas posteriores. Acrescentou que a equipe da Conatrap
200 participou de todas as reuniões de construção do fluxo, com a realização de reuniões internas e, que,
201 posteriormente, a participação das instituições estará prevista e garantida para a construção desse
202 fluxo. Por fim, informa que a equipe desculpou-se por não poder participar da reunião, por motivos
203 de agenda. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros informou sobre a reorganização da equipe da
204 Coordenação-Geral, o que gerou atrasos, solicitando que possa representar o MMFDH, em nome da
205 Conatrae, na Conatrap, podendo fazer a ponte entre os dois colegiados. Solicitou o apoio do
206 delegado Warley, que é o representante titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para
207 dialogar com o Departamento de Tráfico de Pessoas, evitando possíveis desconfortos em razão da

208 ausência de respostas por parte da Conatrap. Como encaminhamento, propôs a formulação de um
209 expediente em nome da Conatrae reforçando a solicitação de realização de reunião para discutir esta
210 temática. O Sr. Warley corroborou com a sugestão. Seguiu ao Item 6. Informes: a) Plano estadual
211 para erradicação do trabalho escravo do Estado de São Paulo: A Sra. Andréia Figueira Minduca fez
212 o informe sobre o Plano Estadual, que uma vez publicado foram apresentados questionamentos e
213 apontamentos por parte da Conatrae, em que afirmavam que Plano não refletia o disposto no fluxo e
214 a não participação de instituições na sua construção. Salientou que estas manifestações geraram um
215 ofício solicitando que retomasse a discussão do Plano para uma reformulação, e não houve resposta
216 formal por parte do estado de São Paulo, porém, em conversa com a coordenadora da Coetrae do
217 Estado, foi informado que o tema foi discutido na última reunião da Coetrae, e estão iniciando o
218 processo de construção e reformulação do Plano. Sugestionando que instituições acompanhem o
219 processo de construção do mesmo. A Sra. Natália Suzuki complementou afirmando da importância
220 da Conatrae ter se manifestado a respeito dessa questão, e a relevância do processo de revisão em
221 razão de desconformidades, salientando que as instituições serão convidadas a participar. O Sr.
222 Herbert Borges Paes de Barros colocou-se à disposição para auxiliar no que for necessário no
223 processo. b) Dados da Fazenda Brasil Verde: A Sra. Camila Melo de Assis apresentou uma
224 atualização sobre a demanda dos dados da Fazenda Brasil Verde, e decidiram considerar um
225 encaminhamento que tiveram em reunião anterior, recorrendo aos dados disponíveis através do
226 auxílio emergencial, que devido ao atual cenário pandêmico foram atualizados, solicitando ao
227 Ministério da Cidadania o cruzamento dos dados do CadÚnico, como uma forma de buscar uma
228 alternativa para localizar as 41 vítimas restantes a serem indenizadas no caso da Fazenda Brasil
229 Verde. Comunica que o processo foi encaminhado, e aguardam resposta. O Sr. Xavier Jean Marie
230 Plassat expôs as dificuldades de acesso aos dados. Solicitando que o mantivesse informado, pelo
231 envolvimento direto da instituição na questão. c) Capacitação dos atendentes do Dique 100: A Sra.
232 Andréia Figueira Minduca afirmou que avançaram no processo de capacitação, sendo o primeiro
233 momento da construção de um vídeo e material por escrito, e a área pedagógica do Disque 100 faria
234 a apresentação aos atendentes e também o controle, em um momento seguinte seria realizada uma
235 sala de retirada de dúvidas, mantendo um diálogo mais próximo dos atendentes. Por fim, a
236 avaliação do impacto da capacitação e manter uma periodicidade na capacitação desses atendentes.
237 A Sra. Vanessa Lima parabenizou a iniciativa. Solicitando, em seguida, o compartilhamento das
238 ferramentas de capacitação para os demais estados. O Sr. Italvar Filipe de Paiva Medina

239 parabenizou os responsáveis pela iniciativa, salientando a importância para a programação de
240 investigação de uma denúncia bem descrita dos fatos. Colocou o MJ à disposição para auxiliar o
241 processo de capacitação. d) Planilha de acompanhamentos dos encaminhamentos da Conatrae: A
242 Sra. Camila Melo de Assis seguiu para a apresentação da planilha, e quanto ao relatório sobre o
243 seminário realizado na Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo informou que seria
244 encaminhado por e-mail. Referente ao concurso público para carreira de auditor fiscal do trabalho,
245 salientou que está paralisada, mas será inserido como demanda prioritária na próxima semana. Com
246 relação ao encaminhamento sobre o Grupo de Trabalho de Tráfico Pessoas, comunicou que estão
247 entrando em contato com o Ministério da Justiça para retomar essa demanda. No que tange à lista
248 de encaminhamentos da reunião ordinária, salientou que ao final das reuniões a lista de
249 encaminhamentos do que foi debatido será enviada aos participantes, em até dois dias da finalização
250 da reunião ordinária. Relativo aos boletins informativos da Coordenação-Geral declarou que será
251 construído um informativo, a ser enviado periodicamente no *mailing* da coordenação-geral. Quanto
252 aos pontos que tratam de envio aos membros por escrito explicações referentes à Portaria nº 457 e
253 envio ao colegiado ofício (assinado pela Assessoria Especial de Assuntos Internacionais em
254 resposta à Human Rights Watch, no qual explica que a Portaria no 457 é respaldada pelos Decretos
255 nº 10.174/2019 e nº 9.203/2017), o Sr. Herbert Borges Paes de Barros informou que ao receber os
256 documentos, estes serão prontamente encaminhados aos participantes da Conatrae. A Sra. Vera
257 Jatobá fez questionamentos com relação a priorização do concurso público. Em resposta, a Sra.
258 Camila Melo de Assis informou que está em contato com o responsável no Ministério da Economia,
259 o coordenador e as entidades que se elencaram no grupo de trabalho, para averiguar os passos
260 necessários nessa pauta, sendo classificado como ponto prioritário. O Sr. Herbert Borges Paes de
261 Barros reforçou que as planilhas serão feitas ao final de todas as reuniões, o que gerará um boletim
262 periódico para auxiliar no acompanhamento das discussões. e) Aprovação do Regimento Interno da
263 Conatrae: O Sr. Herbert Borges Paes de Barros registrou que na última reunião foi concluído o
264 processo de discussão e votação do Regimento Interno da Conatrae, e ressaltou que os passos
265 seguintes serão adotados conforme pactuado na reunião extraordinária. Complementou dizendo
266 que a Coordenação-Geral está concluindo a consolidação dos debates, e concluída essa etapa, a
267 coordenação fará uma nota técnica que será submetida para avaliação da Consultoria Jurídica do
268 Ministério, que podem solicitar ajustes, e em caso de ajustes de mérito será realizada reunião

269 extraordinária, em havendo concordância, prosseguirá ao gabinete ministerial, até que o documento
270 esteja apto para assinatura.

271 Avançou ao item f) Reinserção socioeconômica dos trabalhadores egressos de trabalhos análogos a
272 escravidão: A Vanessa Lima salientou a importância de iniciar os debates sobre essa pauta, e as
273 diversas questões correlatas a essa questão, contando com o apoio de ministérios nas discussões. O
274 Sr. Herbert Borges Paes de Barros corroborou com as colocações, afirmando da importância da
275 temática, prevenindo a recorrência dessas sugestões, propôs a realização de reunião com a CGCTE,
276 buscando alinhamentos para serem apresentados na próxima reunião. O Sr. Antônio Carlos
277 sugestionou a criação de um GT para discutir a temática e possíveis encaminhamentos, se
278 voluntariando a participar. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat concordou com as colocações feitas pelo
279 Sr. Antônio Carlos. O Sr. Robert Paula Gouveia corroborou com as colocações anteriores,
280 acrescentando que a economia solidária pode ser trazida para esse debate de forma contundente,
281 como também a agricultura urbana, e o trabalho de subsistência. Sugestionou que a Sra. Vanessa
282 Lima faça contato com as incubadoras sociais das universidades federais. Quanto as emendas
283 parlamentares, informa que existe uma frente parlamentar de economia solidária formalizada e
284 consolidada, sendo interessante manter contato. Se colocou à disposição para participar desse
285 processo. A Sra. Ludmila Paiva também colocou-se à disposição para participar do grupo de
286 trabalho, e incentivou a sugestão de utilizar as incubadoras, parabenizando a iniciativa da Sra.
287 Vanessa Lima. Como encaminhamento, o Sr. Herbert Borges Paes de Barros propôs a realização de
288 reunião inicial para estruturar os procedimentos a serem adotados, com a apresentação da proposta
289 na próxima reunião. Avançou ao Item 7. Encerramento: Não havendo mais assuntos a serem
290 tratados, o Sr. Herbert Borges Paes de Barros declarou a reunião encerrada, agradecendo a
291 participação de todos.